Sob o véu da invisibilidade: limites da justiça rawlsiana diante dos direitos LGBTQIAPN+

Leandro Rocha dos Santos

Doutorando na UFRRJ https://lattes.cnpq.br/4190002592634755 psi.leandro.rocha@gmail.com

Este trabalho propõe uma análise crítica da teoria da justiça como equidade, formulada por John Rawls (1921-2002), interrogando sua suficiência normativa diante das exigências contemporâneas de reconhecimento identitário em sociedades moralmente plurais. Parte-se da hipótese de que esse modelo teórico, sustentado na imparcialidade contratual e na distribuição equitativa de bens primários, mostra-se limitado frente às múltiplas formas de exclusão simbólica que incidem sobre sujeitos LGBTQIAPN+. As reflexões aqui desenvolvidas retomam discussões elaboradas na dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRRJ (Santos, 2018), na qual se investigam as tensões entre redistribuição e reconhecimento como dimensões da justiça social.

A abordagem metodológica é de natureza teórico-conceitual, articulando uma leitura crítica das principais obras do filósofo liberal — Uma Teoria da Justiça e Justiça como Equidade: uma reformulação — ao debate filosófico contemporâneo sobre justiça e reconhecimento, especialmente nas contribuições de Nancy Fraser (1947-) e Axel Honneth (1949-). Reexaminam-se os fundamentos contratualistas da teoria rawlsiana, com ênfase na posição original e no véu da ignorância como dispositivos procedimentais voltados à neutralidade moral. Argumenta-se, no entanto, que tais instrumentos, embora relevantes para assegurar igualdade formal, negligenciam dimensões culturais, relacionais e simbólicas das injustiças que acometem grupos historicamente marginalizados.

A análise evidencia que, a despeito de sua relevância para a consolidação das liberdades públicas e direitos civis, a concepção rawlsiana permanece insuficiente para enfrentar as violências estruturais não materiais — como a negação do reconhecimento público, a inferiorização de identidades dissidentes e os processos de apagamento

91

normativo. Tais lacunas teóricas fragilizam o alcance emancipatório da justiça como equidade diante de contextos marcados por diversidades éticas, religiosas, raciais e sexuais.

Conclui-se que uma teoria democrática da justiça deve transcender o paradigma distributivo liberal, incorporando o reconhecimento como dimensão constitutiva da equidade. Os aportes de Fraser e Honneth revelam-se indispensáveis à construção de um modelo mais abrangente de justiça social, apto a responder às demandas por redistribuição e, sobretudo, por visibilidade, pertencimento e dignidade. Tal reflexão adquire especial relevância no Brasil contemporâneo, atravessado por retrocessos normativos e recrudescimento das violências simbólicas contra corpos e subjetividades dissidentes.

Palavras-chave: Justiça distributiva. Liberalismo político. Direitos sexuais LGBTQIAPN+. Reconhecimento. Pluralismo.

Bibliografia

FRASER, N. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a "postsocialist" age. New Left Review, n. 212, p. 68-93, jul.-aug. 1995.

. Reconhecimento sem ética? Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

RAWLS, J. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

O Liberalismo Político. Sã	ão Paulo: Editora Ática, 2000b.
----------------------------	---------------------------------

. Justiça como Equidade: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

. História da Filosofia Moral. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

. Conferências sobre a história da filosofia política. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SANTOS, L. R. dos. Violências contra a população LGBT: entre a distribuição e o reconhecimento. 2018. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

